

A nova lei interessa mais a governadores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não é apenas o presidente José Sarney que espera com ansiedade o término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ou, pelo menos, a votação das disposições transitórias da nova Constituição, quando, salvo engano, terá confirmados os cinco anos de mandato. Por razões diversas das do presidente da República, os governadores também aguardam com grande expectativa a promulgação da nova Carta. E menos por razões econômicas, mais por motivos políticos, ao contrário do que poderia parecer.

Serão beneficiados com maiores parcelas da tributação nacional, é claro, mas até que esse dinheiro comece a fluir normalmente para os cofres estaduais, pelo menos um ano terá passado. Politicamente é que os governadores se sentirão muito mais à vontade. Porque nenhuma armação partidária será feita sem eles. Todos, menos um, pertencem ao PMDB. Estará em suas mãos decidir sobre a unidade do partido, atuando para reduzir a pequena proporção o número dos dissidentes dispostos a formar outra legenda. Parece essa a decisão geral, que os credenciará para a contrapartida diante de Ulysses Guimarães.

O presidente do PMDB dependerá dos governadores para não assistir à diáspora, e precisará, em retribuição, oferecer-lhes poder. Participação maior nas decisões partidárias, através de seus representantes, no diretório nacional. Bem como a ligação direta entre eles e as bancadas no Congresso. Pelo que se sabe, não há um governador peemedebista disposto a seguir na trilha da aventura, isto é, ligar-se aos dissidentes. Nem Waldir Pires, da Bahia, sequer Miguel Arraes, de Pernambuco, muito menos Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, apesar de suas ligações com os chamados setores históricos do partido.

Não se esgota aqui a coluna do "haver" em mãos dos governadores. Depois de alguns desencontros, e com ritmo diferenciado entre eles, passaram a dar todo o suporte possível ao presidente José Sarney, na Assembleia Nacional Constituinte. Graças a eles, os cinco anos de mandato foram aprovados com margem tão ampla. Também se empenharam pela rejeição do parlamentarismo. Sarney ficou devedor do bloco, ainda que, diante de um ou outro, mantenha certas reservas. Em especial porque, quando da votação preliminar, na Comissão de Sistematização, alguns contribuíram para os quatro anos. Mudaram e o presidente, ao que parece, além de não ser pessoa de guardar rancor, sabe que precisa deles para a fase final de seu governo.

O que reivindicariam os governadores do poder central, uma vez entrando em vigor a nova Constituição? Rapidez, é evidente, na nova distribuição de rendas, porém muito mais do que isso. Organizar-se-ão para adquirir participação ativa nos planos e projetos nacionais. Tentarão falar em uníssono e procurarão despir o figurino de mendigos que chegam a Brasília com o pires na mão, em busca de recursos. Gostariam de estabelecer, senão um condomínio no poder, ao menos um sistema de quotas participativas. Não se trata, para eles, da volta à política dos gover-

nadores, mas será por aí que o vento começará a soprar. Porque, sem a menor dúvida, os governadores têm intenção de formar mais ou menos coesos na sucessão presidencial.

As eleições serão em novembro do ano que vem, mas as candidaturas precisarão estar dispostas e acionadas pelo menos seis meses antes, lá para fins de abril ou maio, no mais tardar. Isso quer dizer daqui a um ano. Para o trabalho de seleção, costura, acomodação e escolha, não falta muito. Por enquanto, vários são os candidatos a candidato. Orestes Quércia, Newton Cardoso, Miguel Arraes, Waldir Pires, Alvaro Dias e Moreira Franco integram o primeiro time, com pretensões à Presidência, ou, se não der, à vice-Presidência. O assunto deverá ser discutido primeiro entre eles, ou melhor, já está sendo, numa fase em que se posiciona melhor quem atropela mais forte. Depois, chegará o tempo das filigranas e dos acordos.

O ideário dos governadores não significa, obviamente, que as coisas deverão se passar como eles imaginam. Pode ser que, quando da reorganização partidária, pesem outros fatores, a começar pelo ideológico ou doutrinário. Ninguém garante, também, que alguns deles não se sintam tentados a embarcar em incursões mais afinadas com grupos políticos de centro, esquerda ou centro-esquerda. Não constituem uma homogeneidade, naqueles termos.

Quanto a ocuparem maiores espaços nas decisões federais, será uma consequência natural das novas disposições do presidente Sarney, para o período que lhe resta de governo. Ele terá um pé no Congresso, assentado no bloco que lhe dá apoio, mas, conhecedor da volubilidade do comportamento parlamentar, buscará nos governadores o respaldo para o outro pé.

Fica a dúvida sobre se poderão influenciar a próxima sucessão. De per si, é claro que sim, na medida em que manobrem com as forças partidárias com eles afinadas. Em conjunto, não se sabe. No passado, a prática deu certo, mas foi há muito tempo. Outras cartas entraram no jogo, desde a "Velhíssima República". O empresariado, as lideranças sindicais, os militares e até os partidos, malgrado sua situação de quase falência, hoje.

Ao anotar dessas observações, ontem feitas por um dos governadores acima referidos, de passagem pela capital federal, está a nova disposição. Julgam o tempo certo, estando, por isso, favorecidos. O primeiro ano de cada governador é amargo. Não conseguindo transformar em realidade as promessas de palanque, sujeitam-se ao natural desgaste de quem carece de recursos, encontra o orçamento comprometido e sabe que jogar pedras no passado é solução para poucos meses. Passado mais de um ano de suas posses, começam a mostrar algumas realizações. Não todos, pois alguns ainda não disseram ou não puderam dizer a que vieram. Mas a maioria, de um jeito ou de outro, apresenta-se, hoje, melhor do que ontem, em termos de opinião pública, em seus estados. Se essa fase coincide com o término dos trabalhos constituintes, desviando-se as atenções gerais do Palácio do Congresso para o restante da capital federal e do País, melhor ainda.

C.C.